



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. **A Administração**

Balancos Patrimoniais

em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante		8.903	11.905
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.046	7.893
Contas a receber de clientes	6	3.674	3.840
Impostos a recuperar		41	-
Despesas pagas antecipadamente		132	115
Outros ativos		10	57
Não Circulante		230.379	232.698
Títulos e valores mobiliários	7	5.194	5.205
Imobilizado	8	224.759	227.261
Intangível	9	426	232
Total do Ativo		239.282	244.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Passivo Circulante		21.996	19.650
Empréstimos e financiamentos	10	10.782	10.791
Fornecedores		2.436	606
Salários, férias e encargos sociais		149	167
Impostos e contribuições sociais a recolher	11	673	759
Dividendos declarados		2.934	3.144
Provisões de constituição dos ativos	12	5.015	4.173
Outros passivos		7	10
Não Circulante		100.679	123.149
Empréstimos e financiamentos	10	97.345	107.804
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.1	-	11.382
Provisões de constituição dos ativos	12	3.316	3.945
Outras obrigações		18	18
Patrimônio Líquido		116.607	101.804
Capital social	15	75.585	43.817
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.1	10.150	36.536
Reserva de lucros	15	30.872	21.451
Passivo e Patrimônio Líquido		239.282	244.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	43.817	36.536	568	2.697	8.092	-	91.710
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	13.238	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(3.144)	(3.144)
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(662)	-
Reserva legal	-	-	662	-	-	-	662
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	9.432	(9.432)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	43.817	36.536	1.230	2.697	17.524	-	101.804
Integralização de capital através de AFAC	31.768	(26.386)	-	-	-	-	5.382
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.355	12.355
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(2.934)	(2.934)
Reserva legal	-	-	618	-	-	(618)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	8.803	(8.803)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	75.585	10.150	1.848	2.697	26.327	-	116.607

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A é uma "Sociedade de Propósito Específico - SPE", tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala M, São Paulo - SP. A ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 138/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Lavrinhas. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. através da Resolução nº 716/2006, de 03 de outubro de 2006. Através da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anula a transferência do controle societário para Alupar Investimento S.A. A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 03 de setembro de 2011 a primeira turbina entrou em operação comercial, e a segunda turbina em 05 de maio de 2012. Com a instalação da Usina, a Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração, operação e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS, responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A autorização vigorará por prazo de trinta anos, a contar da data de sua publicação (até 2034).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de dezembro de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequentes:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativo em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3.1.2. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. **3.1.3. Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebíveis fixos, e que não estão cotados em mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados periodicamente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2014 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.5. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados imprercuráveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.6. Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013, incluindo operações de hedge. **3.2. Provisão para redução ao provável valor de realizados ativos de longo prazo:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo. **3.3. Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.4. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e construção, mais juros capitalizáveis menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012. **3.7. Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.8. Tributação:** **3.8.1. Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%; Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.8.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro presumido. **3.8.3. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014:** Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Recuperação (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação das mesmas e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.10. Dividendos:** Dividendos propostos a serem pagos fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, a Diretoria poderá submeter à autorização do Conselho de Administração o pagamento de

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas: A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CP19 (R2), IAS 16/CP27, IAS 38/CP04 (R1) e IAS 41/CP29.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa:		
Número disponível	629	3.898
Aplicações contábeis	4.417	3.995
	5.046	7.893

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, em média, de 75% a 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2014, comparado de 20% a 80% do CDI em 31 de dezembro de 2013.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	3.674	3.840
	3.674	3.840

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2014	31/12/2013
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários	5.194	5.205
	5.194	5.205

Essas aplicações financeiras referem-se à constituição de conta reserva definida

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDA

(a) O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Circulante	Não Circulante - Principal
Instituições financeiras/credores		
BNDES	01/04/25	TJLP + 1,93%
BNDES	01/04/25	TJLP + 2,22%
FINAME	15/02/17	TJLP + 5,00%
FINAME	15/02/17	TJLP + 5,70%

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato, cujo montante original financiado foi de R\$ 111.185, corrigidos à TJLP mais juros de 1,93% ao ano e em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou outro contrato, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado foi de R\$ 16.875, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. O prazo de financiamento é de 16 parcelas mensais, iniciado amortização em 15 de maio de 2011 e a última parcela dar-se-á em 15 de abril de 2025. A Companhia forneceu penhor ao BNDES de seus direitos emergentes da Autorização ANEEL nº 138, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S.A. (b) As parcelas relativas ao financiamento (principal mais encargos) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Dívida Total
	10.459	10.431	10.426	10.426	10.426	45.177	97.345

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições contrárias restritivas que são: a de manter Índice de Capital Proprio Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2 apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
IRPJ	269	278
CSLL	137	145
ICMS	74	172
PIS	26	24
COFINS	119	110
INSS	21	16
Outros	27	14
	673	759

12. PROVISÕES DE CONSTITUIÇÃO DE ATIVO

As provisões para obrigações vinculadas à usina pelo custo de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o

14.2. Garantias:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do contrato em 31/12/2014	Saldo devedor em 31/12/2014
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Contrato de Capitalização - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações.	11/03/09	15/04/25	111.185	95.133
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações.	08/09/10	15/04/25	16.875	12.920
02/06/14	Diretoria	Lavrinhas	Alupar	Fiança nº 180659414 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre - ACL - ID14.038.1, firmado entre as partes em 23/01/2014.		02/06/14	02/01/15	319.404	319.404
02/06/14	Diretoria	Lavrinhas	Alupar	Fiança nº 180966414 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 41800.692.789, celebrado entre as partes em 01/06/2014 - COMPASS.		01/09/14	02/02/15	570.491	570.491

14.3. Remuneração da alta administração: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Cabendo ao Conselho de Administração a definição da distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus à remuneração de valor equivalente a 10% daquela devida à Diretoria. No exercício de dezembro 2014 e 2013, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios de curto prazo (a)	(40)	(337)
Remuneração do conselho	(328)	(34)
Total	(458)	(371)

(a) Compostos por ordenados, salários, e benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita Operacional Líquida		46.405	39.797
Custos Operacionais			
Compra de energia elétrica		(13.256)	(5.219)
Custos dos serviços prestados		(4.580)	(4.426)
Depreciação e amortização	8 e 9	(5.705)	(5.719)
	18	(23.541)	(15.364)
		22.864	24.433
Lucro Bruto (Despesas) Receitas Operacionais			
Administrativas e gerais		(562)	(1.037)
Depreciação e amortização	8	(33)	-
Pessoal		(847)	(559)
Honorários da diretoria e conselho de administração	14.3	(458)	(371)
Outras receitas		-	20
Outras despesas		-	(24)
	18	(1.900)	(1.971)
Lucro antes do Resultado Financeiro		20.964	22.462
Despesas financeiras	19	(7.918)	(8.509)
Receitas financeiras	19	1.182	803
		(6.736)	(7.706)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		14.228	14.756

